



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

LUTAS E RESISTÊNCIAS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS CONTRA OS MEGAPROJETOS ENERGÉTICOS NO MUNICÍPIO DE ITACURUBA-PE.

AMANDA RAYZA BRITO DOS PRAZERES ¹
DAVID YURI SOUTO AYRES ²

RESUMO

O presente trabalho é fruto da vivência do estágio estratégico durante a Residência em Saúde do Campo (RMSFC), realizado em Julho/2021, no território indígena do povo Tuxá Campos, localizado no município de Itacuruba, sertão de Pernambuco. Diversos são os processos de expropriação ocasionados primeiramente pelo deslocamento compulsório na década de 1980, com a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaparica e atualmente é palco de nova investida dos empreendimentos energéticos na região, através do projeto de instalação da Usina Nuclear. Desta forma, baseado nas anotações do diário de campo do estágio, este trabalho reflete sobre a dinâmica do povo Tuxá Campos.

Palavras-chave: Comunidades Tradicionais; Conflitos Socioambientais; Megaprojetos; Políticas Públicas; Povos Indígenas.

RESUMEN

El presente trabajo es el resultado de la experiencia de la etapa estratégica durante la Residencia en Salud del Campo (RMSFC), realizada en julio/2021, en el territorio indígena del pueblo Tuxá Campos, ubicado en el municipio de Itacuruba, sertão de Pernambuco. Existen varios procesos de expropiación causados principalmente por el desplazamiento obligatorio en la década de 1980, con la instalación de la Central Hidroeléctrica de Itaparica y actualmente es escenario de una nueva embestida de proyectos energéticos en la región, a través del proyecto de instalación de la central nuclear. Así, a partir de las notas del diario de campo de la pasantía, este trabajo reflexiona sobre la dinámica del pueblo Tuxá Campos.

Palabras-claves: Comunidades Tradicionales; Conflictos socioambientales;

1 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De Pernambuco

2 Profissional de Serviço Social. Associação Paulista Para O Desenvolvimento Da Medicina

Megaprojectos; Políticas Públicas; Pueblos indígenas.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto da experiência de estágio estratégico oportunizado pela Residência Multiprofissional em Saúde da Família com Ênfase na População do Campo (RMSFC). Esta residência é desenvolvida em áreas rurais (acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária e Comunidades Quilombolas) nos municípios de Caruaru e Garanhuns (PE), foi criada em 2015 e é fruto da parceria entre Universidade de Pernambuco (UPE), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e Movimento Quilombola da Região de Garanhuns.

A RMSFC desponta como uma experiência pioneira provocada pelas necessidades de assistência à saúde da população que, historicamente, teve seus direitos negados, como é o caso das populações do campo, das florestas e das águas. No seu projeto pedagógico e formativo, a residência do campo se articula com a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) e disponibiliza a possibilidade de estágio, no qual os residentes ficam imersos cerca de 30 (trinta) dias em algum território, serviço e/ou equipamento intra e intersectorial, que sejam abrangidos pela referida política.

Durante o estágio estratégico, realizado em julho/2021, nos aprofundamos na Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), que integra a Política Nacional de Saúde, de acordo com as determinações da Lei Orgânica da Saúde e da Constituição Federal, que reconhecem os povos indígenas, suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais. O estágio estratégico foi realizado no território do povo Tuxá Campos, no município de Itacuruba, Pernambuco, onde se situam outras 06 (seis) comunidades tradicionais: 03 (três) comunidades indígenas (Povos Tuxá Campos, Tuxá Pajeú e Pankará Serrote dos Campos) e 03 (três) comunidades quilombolas (Negros de Gilu, Poços dos Cavalos e Ingazeira).

Neste sentido, este trabalho consubstancia o relato de experiência com o

povo Tuxá Campos. Esta técnica consiste em “um documento em que se deve registrar todo o percurso desenvolvido pelo profissional (ou equipe profissional) de uma experiência de trabalho, evidenciando aspectos práticos e relevantes da vida real de forma objetiva” (PIMENTEL, UCHÔA e RAMEH, 2010, p. 8). As atividades e as vivências diárias com o povo Tuxá Campos foram registradas no diário de campo, principal instrumento utilizado para elaboração do presente estudo. Este instrumento de pesquisa comporta o registro das conversas informais, observações de campo e manifestações dos interlocutores quanto aos vários pontos investigados, bem como as impressões pessoais do pesquisador, que podem se modificar com o decorrer do tempo (ARAÚJO, 2013).

Para uma maior compreensão da realidade observada, foi realizada pesquisa bibliográfica tanto de obras clássicas como contemporâneas, que tratam sobre capitalismo contemporâneo, expropriações, formação regional do Nordeste, comunidades e populações tradicionais, especificamente indígenas e quilombolas, lutas socioambientais e megaprojetos. Além disso, foi realizada pesquisa documental, “pois, os documentos têm o potencial de informar e estruturar as decisões que as pessoas tomam diariamente, de mostrar as aspirações e intenções dos períodos aos quais se referem e de descrever lugares e relações sociais de uma época” (MAY, 2004 apud PANSINI, p. 35, 2011). Dentre os documentos que foram base de nosso estudo estão documentos oficiais referentes aos megaprojetos em Itacuruba, matérias jornalísticas sobre o tema, o “Projeto Cartografia Social – Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco” (FIALHO, 2019) e materiais produzidos pela campanha “Usina Nuclear Não”.

Uma das categorias centrais utilizadas para aproximação e abordagem das questões vivenciadas durante o estágio no território do povo Tuxá Campos foi a de mediação, em sua dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real e está presente em qualquer realidade independente do conhecimento do sujeito) e reflexiva (elaborada pela razão, para ultrapassar o plano da imediaticidade, da aparência, em busca da essência, reconstruir o próprio movimento do objeto. Como afirma Martinelli, “sua construção se consolida tanto por operações intelectuais, como valorativas apoiadas no conhecimento crítico do real, possibilidade

fundamentalmente pela intervenção da consciência” (1993, p. 137).

Itacuruba teve suas terras inundadas para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica, em 1988, e foi reconstruída para realocar compulsoriamente toda sua população. A construção da hidrelétrica foi um projeto executado pelo Governo Civil Militar e teve como principal objetivo gerar energia e dinamizar a economia da região. Para a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Itaparica foi executada a obra de elevação das águas do Rio São Francisco, o que levou à realocação integral dos povos e comunidades tradicionais que ali viviam. A realocação atingiu inúmeras famílias que viviam diretamente da economia do rio e mantinham relação de uso da água e da terra para suprir as necessidades do cotidiano, com baixa produção de excedente material.

Atualmente, o município sofre novas ameaças frente à instalação de novos megaprojetos, como o da instalação de usina nuclear, de transposição do Rio São Francisco, dentre outros. Estes novos megaprojetos conferem ao Sertão de Pernambuco um cenário denso e complexo, repleto de contradições e tensões entre as dinâmicas dos povos e comunidades tradicionais e os interesses econômicos de grupos de poder brasileiro. Estudar este território implica compreender o movimento ao longo do seu percurso histórico, observando o processo de apropriação privada à custa da subjugação dos povos e comunidades tradicionais, trabalhadores e da natureza, sempre impulsionado pelo capital privado. A exploração e expropriação sofridas, historicamente, pela população pobre da periferia do sistema capitalista tem se complexificado na contemporaneidade. Portanto, pensar sobre Itacuruba é fazer questionamentos sobre a conjuntura socioeconômica e política, repleta de existências de negações de direitos dos seus povos e comunidades tradicionais, que foram aprofundadas no contexto pandêmico.

Neste sentido, este trabalho está organizado em três partes, que incluem a caracterização da população e do território do povo Tuxá Campos, em Itacuruba-PE; uma breve discussão sobre os megaprojetos, em especial sobre a Usina Hidrelétrica de Itaparica e a ameaça de instalação de uma usina nuclear; por fim, o relato da experiência de estágio, envolvendo o povo Tuxá Campos.

2. HISTÓRICO DE LUTAS E ATUAL CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DO POVO TUXÁ CAMPOS

Os Tuxá se identificam como da nação Proká, remanescente das etnias reunidas nas missões do Nordeste, no século XVII, que eram donos de trinta ilhas no rio São Francisco. Eles cultivavam hectares férteis com suas roças, plantações de várzea, árvores frutíferas e hortaliças, bem como tinham criação de animais (ANAÍ, 1981). O nome Tuxá pode ter origem em *Txale*, “rio grande”, nome que os Fulniôs (indígenas da região do agreste pernambucano) dão ao rio São Francisco, significando *Txale-dô*, “os do rio São Francisco”. Também para os Fulniôs, a palavra *ká* significa “filho” e *tuxá* significa “pai”, ou seja, “filhos dos habitantes do rio grande São Francisco”. Portanto, Tuxá teria o significado de “habitantes do grande rio” (ANAÍ, 1981).

Até o início do século XX, os Tuxá de Rodelas viviam na área de uma antiga missão, chamada de São João Batista de Rodelas, rio acima, atrás de igreja católica, localizada no centro da localidade. No local também viviam famílias de remanescentes de escravos da região (SALOMÃO, 2014). Sobre as missões e a questão indígena, Gorender afirma que,

O regimento das Missões não deu exclusividade aos jesuítas e permitiu a organização de aldeias por outras ordens religiosas. Estás, à diferença dos jesuítas, nunca ergueram a voz a favor da liberdade dos indígenas, motivo por que não deviam ter embaraços em explorá-los como quisessem nos aldeamentos sob sua direção (GORENDER, 2013, pág. 525).

Habitantes do Brasil, desde antes da colonização, o povo Tuxá vem resistindo ao extermínio e à penetração pecuarista no Nordeste do País (ANAÍ, 1981). No decorrer da história do Brasil colonial, famílias brancas, detentoras de poder local, ocuparam diversas ilhas ao longo do rio São Francisco, áreas de várzea e terrenos férteis, expulsando parcelas importantes dos indígenas de seus territórios, onde viviam da agricultura (SALOMÃO, 2014). Sobre as expropriações sofridas pelo povo Tuxá Campos, apresentamos o poema “Nosso povo, nossa história”, que retrata parte dos conflitos fundiários dessa época, do indígena Tuxá Campos, Eraldo Campos.

Em 1815, os Tuxá já existiam.
Saíram do Pernambuco, pra acampar na Bahia.
Fugindo dos coronéis, perdendo sua etnia.
Houve fome, houve guerra, era muita agonia.
Mulheres cercadas de cachorros, que muitos lhe mordiam.
Separação das famílias, que os fazendeiros faziam.
Tratavam os índios como animais, e os Tuxá que sofriam.
Era homens e mulheres, todos maltratados.

Perdendo seus direitos, sendo todos escravizados.
Suas terras e culturas, por coronéis foram ocupadas.
Era fome, era guerra, era muita destruição.
Povo escravizado, sem ganhar um tostão.
Foram expulsos de suas terras, sem direito a explicação.
Depois de muita escravidão, uma família resgatou.
Um pedaço de terra, que dos coronéis sobrou.
O Serrote da Pedra, que ninguém interessou.
Até o Serrote, que os Campos adotou.
No Serrote da Pedra, tudo foi diferente.
Foram morar no Morro do Vêi Campos, onde acampou muita gente.
Indo pra Serrote dos Campos, onde viviam livremente.
Em 1930, foi uma seca de lascar.
Coronéis compram queijo e rapadura, para se alimentar.
E os índios comiam fruta do Quipá colhido no Serrote dos Campos, para os coronéis não abusar.
Nos anos seguintes rebelião aconteceu, muitos fugiram de repente, perdendo o que é seu.
Foi nas cabanas e Mulungu, que o fato aconteceu.
O tempo foi passando, tudo se transformou.
Índio casou com branco, perdendo seu valor.
E hoje resgatamos nossa etnia, que os Tuxás nos revelou.
(apud SILVA, 2019, pág. 81).

Silva (2019) acrescenta,

Os Tuxá Campos ainda relatam que historicamente se agregaram no “canto” – Fazenda Malagueta. O interessante é observar que o canto e toda uma área circunvizinha hoje reivindicada por esse grupo, localiza-se em frente a Rodelas, que está na outra margem do lago de Itaparica. No lago de Itaparica, entre o canto e Rodelas, está a Ilha da Viúva, hoje submersa. A Ilha da Viúva, historicamente de ocupação Tuxá, nos distintos relatos dos diferentes grupos em Itacuruba foi mencionada como o lugar onde se realizavam rituais e dançava-se o toré, tornando-se um ponto de convergência de distintos segmentos étnicos naquela região. A posição geográfica em que os Tuxá Campos estão, em frente a essa ilha, possibilita-nos entendê-los como integrantes em um circuito ritualístico, de trabalho e de trocas, que foi ao longo do tempo elaborado por grupos que ali viviam antes da Barragem de Itaparica (pág. 81).

Destas, tiveram suas sedes completamente inundadas, Petrolândia, Itacuruba, Rodelas e Glória. A inundação deslocou 40 mil pessoas (Salomão, 2014). Segundo matéria produzida pela Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco (FETAPE, 2012)

A área inundada pela usina, o lago de Itaparica, que se estende por 150 km e cobre uma superfície de 83.400 hectares dos estados da Bahia e de Pernambuco, resultou no reassentamento de Itaparica, a fim de compensar o impacto causado sobre, aproximadamente, 10,5 mil famílias, que moravam na área inundada pela usina, das quais 4,6 mil (cerca de 21 mil pessoas) na zona urbana e 5,9 mil (cerca de 19 mil pessoas) na área rural; entre essas, 200 famílias indígenas da tribo Tuxá. Para a realocação das populações urbanas afetadas foram construídas as seguintes cidades: Petrolândia e Itacuruba em Pernambuco e Rodelas, Barra do Tarrachil e Glória na Bahia (2012, pág. 1).

Importante destacar que diferentes etnias indígenas também foram atingidas pela construção da Usina Hidroelétrica de Itaparica; no entanto, foi o povo Tuxá o grupo étnico

com maior número de indígenas atingidos (200 famílias). Os impactos desse megaprojeto foram imediatos, de médio e longo prazo, transformando o modo de ser e de viver tradicionais. A condição e a determinação da compulsoriedade no deslocamento interferiram em dimensões sociais, culturais e humanas, tanto dos povos originários.

Segundo Scott (2009, p. 20-23), entre 1987 e 1988, cerca de 80 mil pessoas foram deslocadas da beira do rio São Francisco para ceder lugar à instalação do reservatório de Itaparica, sendo 57% provenientes do campo. Em 1987, no acordo realizado entre FUNAI e Chesf, o reassentamento dos Tuxá, atingidos pela Usina Hidroelétrica de Itaparica, deveria ter sido finalizado até 30 de dezembro de 1987. Este acordo contemplava 03 (três) projetos de reassentamento propostos aos indígenas, nos municípios de Inajá, Floresta e Rodelas (Salomão, 2014), mas sem definição dos respectivos territórios.

Os projetos do reassentamento em Itaparica apresentaram inúmeras limitações, sobretudo em decorrência da qualidade do solo. Este problema foi identificado pela CODEVASF, que por meio de um convênio firmado com a CHESF, assumiu a operação e a manutenção de alguns projetos especiais, a exemplo do projeto Brígida (CODEVASF, 2021). Segundo Silva,

Na cidade pernambucana de Itacuruba, inundada e reconstruída em novo local, a população residente não conta, como contava antes, com áreas de produção agrícola próximas, já que os habitantes das áreas rurais ou foram reassentados em projetos especiais distantes em torno de cem quilômetros (Projeto Brígida ou Projeto Caraíbas), ou foram reassentados dentro da própria nova cidade de Itacuruba, sem acesso a terras para plantar. A combinação de influência de políticos locais e a promessa do fornecimento de uma solução técnica para o problema de terras impróprias para agricultura, através de projetos consorciados de aves, suínos e peixes (piscigranjas) levou muitos ex-agricultores a escolher a opção de morar na cidade. O fracasso dos projetos consorciados e o decréscimo acentuado de atividades econômicas produtivas e comerciais após o reassentamento resultou numa superlotação da cidade em relação às suas possibilidades, contribuindo para o incremento de demandas para solucionar os problemas dos seus residentes, sobretudo dos “para-rurais” (designação técnica dos administradores dos projetos para moradores urbanos que viveriam de atividades agrícolas no campo). Como resolver estes problemas estava na pauta de estudo pelos administradores do reassentamento (2019, p. 44).

Atualmente, outros grandes projetos governamentais de desenvolvimento econômico em território indígena estão em curso e atingem mais uma vez o povo Tuxá Campos e demais etnias da região, a exemplo do Projeto de Transposição do rio São Francisco e a ameaça de construção de uma usina nuclear. De acordo com o Parecer Preliminar do Projeto de Integração do rio São Francisco com as bacias do Nordeste setentrional, 34 terras indígenas e 153 comunidades negras tradicionais, somente nas áreas do médio e baixo São Francisco, são passíveis de sofrer os impactos decorrentes desta obra (Salomão,

2014).

O rio São Francisco influencia em processos de migrações, na existência de povoados e orienta o processo de territorialização de muitos grupos indígenas no Nordeste, como os Tuxá, além de ser fundamental para o desenvolvimento da agricultura tradicional, da pesca para subsistência e comércio dos excedentes, além da manutenção de rituais etc. O desaparecimento do São Francisco em determinados pontos, e a mudança na cartografia do rio, com suas ilhas e matas ciliares, têm consequências ambientais e cosmológicas. Os Encantados, entidades que são guias dos curadores Tuxá da região, têm locais de moradia específicos no fundo dos rios e nas ilhas do São Francisco (Mapa de Conflitos e Injustiça Ambiental e saúde no Brasil, 2013, pág. 7).

De acordo com movimentos sociais de articulação dos povos indígenas, 09 (nove) comunidades são consideradas diretamente afetadas pelo projeto da transposição do São Francisco: Tuxá, Truká, Tumbalalá, Pankararu, Anacé, Pipipã, Kambiwá, Xocó e Kariri-xocó (APOINME; AATR; NECTAS/UBEB; CPP; CIMI, 2008).

Os principais impactos sobre os Tuxá e outros povos indígenas da região foram: militarização de seus territórios para execução de obras, áreas invadidas por posseiros, fazendeiros e empresas, aumento das taxas de luz e água, especulação imobiliária, além de ações criminalizantes contra lideranças indígenas (APOINME; AATR; NECTAS/UBEB; CPP; CIMI, 2008).

3. “NA BUSCA PELO DIREITO DO TERRITÓRIO ANCESTRAL”: Histórico e resistência da Articulação Sertão Antinuclear

Itacuruba está a aproximadamente 470KM da cidade do Recife, na rota da Região de Desenvolvimento (RD) do Sertão de Itaparica, em Pernambuco, e segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a cidade possui população de 5.013 habitantes, incluindo povos indígenas e comunidades quilombolas.

A primeira condição técnica para instalação de usinas nucleares é dispor abundantemente de oferta de água para resfriar os reatores. Dentre as cidades às margens do rio São Francisco para receber uma usina nuclear durante o Governo Lula, Itacuruba foi escolhida para instalação desta usina por apresentar baixa densidade populacional, solo estável e proximidade das linhas de transmissão de energia (FIALHO, 2019). De acordo com Fialho, dentre os municípios do Nordeste, Itacuruba foi o escolhido por apresentar “baixa densidade populacional, oferta de

água para resfriar os reatores, solo estável e proximidade das linhas de transmissão de energia” (SILVA, 2019).

Desde 2009 são veiculadas notícias nos meios de comunicação sobre as estratégias governamentais de construção de novas usinas nucleares no Brasil, o objetivo seria aumentar o potencial energético nacional, assim como investir no campo da defesa nacional e exploração de recursos minerais, como o urânio (2019, pág. 136).

Em 13 de julho de 2006, o Plano Nacional de Energia (PNE 2030) apontou diretrizes para o desenvolvimento nuclear brasileiro com a pretensão de retomar a obra de Angra 03 e o plano de construir entre quatro e oito novas usinas nucleares no país. Um dos pontos de atenção na expansão da energia nuclear é o combustível que move essas usinas, o urânio. A exploração do mineral é monopólio da União e só é permitida à iniciativa privada se houver outro mineral em grande volume associado. A extração terá de aumentar para atender ao crescimento da demanda.

Em 2019, com a chegada de Jair Bolsonaro à Presidência da República e a posse do almirante Bento Albuquerque no Ministério de Minas e Energia (MME), o programa nuclear brasileiro volta à pauta. Em 16 de dezembro de 2020, o MME aprovou o Plano Nacional de Energia 2050 (PNE 2050), que aponta

O Brasil possui consideráveis recursos de urânio, ainda que grande parte do território nacional não tenha sido prospectado. O país domina toda a tecnologia do ciclo do combustível nuclear, desde a mineração até a montagem do elemento combustível. Atualmente, uma única etapa do ciclo do combustível (a conversão e parte do enriquecimento) tem sido realizada no exterior por questões de escala. Adicionalmente, se desenvolvem no Brasil pesquisas em reatores e aplicações da energia nuclear, tais como o Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) e o submarino com propulsão nuclear (BRASIL, 2020, pág. 141)

De acordo com reportagem publicada pelo Poder 360 Em 2021, o MME, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) deram início a estudos complementares para novos sítios nucleares no País. O município a ser escolhido receberia em seu território um complexo nuclear, composto por 06 (seis) usinas com potência instalada de 6.600 MW, a um custo total de 30 bilhões de dólares; e de acordo com Fialho,

Segundo matéria do periódico Valor Econômico, os governadores de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Alagoas manifestaram o firme interesse em receber as usinas que seriam construídas pela União. Dos quatro estados interessados, Pernambuco e Bahia lançaram propostas para implementação da Central Nuclear do Nordeste. (2019, pág. 3).

Posteriormente, a Eletrobras/Eletronuclear disponibilizou em seu site o projeto da Central Nuclear do Nordeste, que projeta a construção de 06 (seis) usinas nucleares, muito provavelmente nos municípios de Belém de São Francisco (PE), Rodelas (BA), Itacuruba (BA), Floresta (PE), Cabrobó (PE), Salgueiro (PE), Serra Talhada (PE), Petrolândia (PE) e Paulo Afonso (BA).

Os debates sobre a construção de usina nuclear em Itacuruba foram retomados a partir da visita da ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF) a Pernambuco, em 2021. Após esta visita, ela julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) proposta pelo Procurador Geral da República (PGR) contra artigo da Constituição de Pernambuco. No artigo 216 da Constituição do Estado, declara-se no Art. nº 216, que “Fica proibida a instalação de usinas nucleares no território do Estado de Pernambuco enquanto não se esgotar toda a capacidade de produzir energia hidrelétrica oriunda de outras fontes”.

Dessa forma, Itacuruba, às margens São Francisco, está ameaçada pela potencial instalação de 06 (seis) reatores nucleares. Caso este megaprojeto seja executado, a usina nuclear em Itacuruba terá mais do que o triplo da energia gerada pelas usinas nucleares, localizadas no Rio de Janeiro, Angra 1 e Angra 2 juntas. Apesar da dimensão e das polêmicas em torno da continuidade/retomada do programa nuclear brasileiro, o tema não ocupa o debate político, muito menos a mídia do país. O silenciamento sobre o tema e a invisibilidade das lutas empreendidas pela população de Itacuruba é o *modus operandi* do Estado brasileiro, comprometido com o neodesenvolvimentismo.

Desde a década de 1970, com o início das obras da Usina Hidroelétrica de Itaparica, Itacuruba passou a ter alta incidência de doenças depressivas; e a taxa de suicídio da cidade foi de 6,6 casos para cada 100 mil habitantes, quase 06 (seis) vezes maior do que a média nacional. Para além das questões de saúde mental, nenhum dos 06 (seis) povos e comunidades tradicionais teve ainda seus territórios regularizados; e os recursos naturais, suas matas e suas águas, continuam sendo expropriados, por parte dos projetos de desenvolvimento local (FIALHO, 2019). Para os povos tradicionais que vivem em Itacuruba, mais um megaprojeto significa a continuidade da perda dos seus territórios, modo de vida, cultura e vínculo afetivo, é

o retorno do fantasma da expropriação, que segue disfarçado de desenvolvimento econômico.

Nesse terreno de conflitos, florescem movimentos de resistência através de manifestações públicas, caravanas, articulações, elaboração de materiais informativos físicos e virtuais, debates *online*, audiências públicas, *lives*, dentre outras que visam a integração e o fortalecimento dos povos e comunidades tradicionais, pesquisadores e sociedade brasileira. Dentre essas ações e mobilizações, destacam-se Caravana Antinuclear em Pernambuco (Itacuruba Out/2011 e Setembro/2013); Marcha das Águas em Pernambuco (Itacuruba Jun/2012); Tenda Antinuclear da Cúpula dos Povos (Rio+20/2012); Campanha de coleta de assinatura para um projeto de emenda constitucional (PEC), de iniciativa popular proibindo a construção de usinas nucleares no Brasil; Mobilização Nacional por um Brasil livre de Usinas Nucleares (Brasil, 2013); Lançamento de série de vídeos sobre os impactos locais do nuclear no Brasil (Brasil/ 2017); Abaixo-assinado pela revogação do Acordo Nuclear Brasil (Brasil - Alemanha, 2014); Caminhada antinuclear: Opará contra a morte nuclear (Itacuruba Mar/2019); diversas audiências públicas; e Movimento #UsinaNuclearNão - Articulação Sertão Antinuclear (Pernambuco/2019).

Diante dos novos projetos nucleares anunciados pelo Governo Brasileiro a serem instalados em outras localidades, como os de Caetitê (BA), Santa Quitéria (CE) e Angra dos Reis (RJ), se impõe a unificação das lutas de resistência popular contra à política nuclear brasileira para que os atingidos se reconheçam e se fortaleça diante de projetos autoritários de desenvolvimento, que podem gerar danos irreversíveis à vida e ao meio ambiente.

4. EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E TRABALHO MULTIPROFISSIONAL:

A produção de saúde como alternativa de defesa do território do povo Tuxá Campos

O trajeto de Itacuruba à aldeia é de cerca de 16KM e o acesso é através de estrada de terra (sem asfalto), cheia de pedras e buracos, e sem iluminação. Desde a realocação compulsória do seu território original, o povo Tuxá Campos enfrenta

dificuldades de diversas ordens, como não demarcação de suas terras, preservação de costumes e saberes, ausência de serviços públicos, como transporte público, saneamento, saúde e educação, dentre outras. Apesar de estarem assentados às margens do rio São Francisco, o acesso à água é negado, o que os impede de garantir sua sobrevivência através do rio.

Para além dos problemas vivenciados no cotidiano, em 2011, com a notícia da instalação da Central Nuclear do Nordeste, proposta pelo Governo Federal, o medo passou a fazer parte da vida do povo Tuxá Campos e dos moradores do município. De acordo com um morador, “parece um filme de terror, nós dizemos não à usina nuclear, que nós já vem jogados da barragem de Itaparica, nós não aceita, chega de sofrer!”.

Com este pano de fundo, Itacuruba começou a figurar como opção de estágio estratégico em decorrência de postagens do movimento social #UsinaNuclearNão, na rede social Instagram, bem como através das leituras de artigos e pesquisas etnográficas realizadas pelo antropólogo Whodson Silva (2019). A partir daí, iniciamos articulações com movimentos e coletivos sociais, a exemplo da Articulação Sertão Antinuclear, e com a co-deputada Joelma Carla (PSOL/PE), da mandata coletiva das JUNTAS, para realizarmos o estágio estratégico junto ao povo Tuxá Campos, em Itacuruba. Foram muitos dias de conversas, diálogos e pensamento de estratégias para o período de imersão no território do povo Tuxá Campos.

Em decorrência dessas articulações e conversas previamente estabelecidas foi possível iniciar antes da viagem a Itacuruba uma campanha coletiva para construção de uma biblioteca indígena. Como havia sido apontado pela Cacica Evani, a educação indígena é uma das pautas de maior relevância para os indígenas já que não existe escola indígena na aldeia, e o acesso às escolas municipal e estadual do município é difícil pela ausência de transporte público, e o transporte escolar, oferecido pelo município, não cobre a aldeia.

Desta forma, a campanha coletiva foi iniciada um mês do começo do estágio estratégico, mediada por Joelma Carla e com a contribuição dos estagiário-residentes na compra de bancos e materiais para decoração da biblioteca, e arrecadação de livros em diversos pontos, como Garanhuns, Caruaru e Recife. Os

estagiários-residentes se dividiram na execução dessas tarefas sempre com o cuidado de selecionar materiais e livros, observando formas e conteúdos pertinentes à questão indígena, que foram divididos em livros didáticos, literários e formativos (ver no portfólio, anexo, imagens da campanha).

Iniciamos o estágio estratégico com nossa chegada a Itacuruba na sexta-feira, 10 de julho de 2021. Inicialmente, fomos recebidos por moradores da comunidade, que nos guiaram à estrada de terra que leva à aldeia do povo Tuxá Campos. No trajeto, passamos a vivenciar as dificuldades cotidianas dos indígenas, particularmente as dificuldades de acesso à aldeia, o tempo para realizar o percurso e a ausência de iluminação da estrada.

Depois de uma longa viagem, chegamos somente à noite à aldeia e fomos recebidos com alegria pelo Povo Tuxá Campos. No dia seguinte, começamos a fazer o reconhecimento do território e percebemos “a dor e a delícia” do viver na aldeia, como a terra seca, a imponência da caatinga, a brisa do rio e a movimentação cotidiana dos homens, mulheres, crianças e idosos, inclusive às chamadas para as colônias. Além do trabalho nas colônias, muitos homens trabalham na piscicultura, enquanto a maioria das mulheres ficavam responsáveis pelo cuidado da casa e próprio território.

No decorrer do primeiro dia, começamos a escutar as histórias sobre o povo Tuxá Campos. Estas histórias eram sobre vivências anteriores e sobre problemas cotidianos, com dificuldades de acesso à educação, à compra de produtos de higiene, limpeza e alimentícios básicos, à saúde bucal e ao hipoclorito de sódio.

Observar Itacuruba, e a dinâmica posta ao povo Tuxá Campos, me fez perceber conhecer as lutas pela preservação dos modos de vida, assim como as múltiplas formas de expropriação. O curso das águas do rio São Francisco se encontra alterado. Ele sobe e desce conforme abre e fecha à represa, ou seja, o rio hoje passa a ser um grande lago de água parada.

O marco temporal entre o tempo do projeto e das famílias é distinto. O tempo do projeto oscila entre períodos intensos e mais calmos, mas nunca de inércia; já o tempo das famílias é sempre lento e duradouro, ou seja, os projetos têm fim, mudam, e as famílias permanecem as mesmas com mazelas estruturais do

chamado desenvolvimento.

A partir dessas percepções, iniciamos o processo de escuta, que começou e partiu das demandas, que foram, sobretudo, por políticas de saúde e assistência social. Posteriormente, através de visitas e conversas, realizamos o mapeamento da rede local de saúde e de assistência, e de outros equipamentos sociais de Itacuruba.

Nas conversas nas instituições públicas, identificamos entre alguns profissionais o desconhecimento sobre os povos e etnias presentes na região; bem como discursos racistas: “todos são brancos”; “eles nem eram indígenas tão sendo agora, tão aprendendo a ser agora”; “são indígenas de contexto urbano”; “a usina com toda certeza vai chegar, aqui é fácil de evacuar pessoas, só existe 05 mil pessoas”. A ideia de que os indígenas são identificados por aspectos culturais e não raciais está presente no cotidiano popular, mantida por um sistema educacional, que até hoje realça diferenças diacríticas dos indígenas e de certa forma os romantiza,

O desencontro, entre o ‘ser’ indígena e o não reconhecimento pela sociedade, gera um constante atrito. É nesse espaço que se consolida um conflito, no qual os indígenas se chocam ao confrontar pensamentos e comportamentos pré-estabelecidos. O senso comum constrói uma definição de quem é o indígena e quando ele não se enquadra nessa imagem, muitas pessoas se sentem livres para atacar sua identidade e feri-lo na sua essência, os chamando de falsos ou/e acusando-os de aproveitadores. Essas formas de violência, baseadas no não reconhecimento, que agridem no plano moral, estão ainda longe de serem combatidas e de alguma forma punidas (PEIXOTO, 2017, pág. 53).

Historicamente, o não reconhecimento da diversidade indígena no Brasil ocorre desde o período de colonização e permaneceu com as políticas de construção de uma identidade nacional unificada no começo do século XX. Somente a partir do fim deste século, com a promulgação da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que assegurou aos povos indígenas respeito à sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e rompeu com o paradigma assimilacionista, que essa situação começou a mudar. Os povos indígenas passaram a ser considerados pela legislação como “sujeitos de direitos”, que têm direito à terra e a políticas públicas, que respeitem suas diferenças (POVOS INDÍGENAS E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS, 2021).

Após o período de escutas e mapeamento dos recursos sociais disponíveis em Itacuruba, passamos a realizar encontros diários com a comunidade para atendimento de demandas espontâneas e encaminhamentos, sempre com muito

diálogo entre a comunidade e os profissionais dos equipamentos das redes de saúde e assistencial. Além disso, com muito diálogo participativo, foram elaboradas propostas de realização de oficinas através da educação popular em saúde, dirigidas a crianças, juventude e mulheres.

O trato com as crianças e os jovens da comunidade foi um dos maiores desafios e satisfação. Durante a oficina de cultura corporal, com a utilização de brincadeiras, danças e cantos da tradição Tuxá Campos, observamos como essas atividades foram importantes para o fortalecimento da identidade do próprio povo. Na oficina voltada ao fortalecimento de vínculos, nos chamaram à atenção às demandas das crianças pela educação e criação de uma escola no território. A criatividade e o talento desses curumins causaram muita emoção, e evidenciou as potencialidades da arte e da fala, transmitidas entre gerações. Ao mesmo tempo, os relatos e desenhos produzidos durante as oficinas também evidenciaram a ausência e a dificuldade de acesso à educação de crianças e jovens Tuxá Campos, pois como afirma o professor indígena, do povo Baniwa, Gersem dos Santos Luciano,

A escola foi o principal instrumento de destruição cultural dos povos, mas também pode ser o principal instrumento de reconstrução e afirmação de uma nova era. [...] O caminho da educação escolar indígena é a nossa grande esperança de conquista definitiva dos nossos direitos e da nossa terra (CAVALCANTE, 1996, p. 14.).

No círculo de cultura sobre território e megaprojetos, um dos mais difíceis de ser realizado, despontou a questão de gênero como problema estrutural, pois apenas mulheres comparecem à atividade. O início da atividade foi programado para após o encerramento dos afazeres domésticos das mulheres, mas apesar disto, o tempo todo, as crianças demandavam cuidados, o que as impedia de terem tempo de descanso e reflexão sobre elas mesmas. As atividades com as crianças e com as mulheres levaram a compreensão da necessidade urgente de criação de creche e de escola indígena no território.

Ainda a respeito do círculo de cultura sobre território e megaprojetos, um dos momentos mais marcantes, foi quando as mulheres refletiram sobre o passado e o presente. Ao lembrar a velha Itacuruba, ficou demonstrado como a cidade se encontra submersa no lago da represa de Itaparica e no consciente coletivo delas.

Neste lembrar, as mulheres mais velhas choravam e saudosamente falavam da vida passada, com histórias e causos antigos. As mais novas trouxeram relatos de um tempo não vivido, mas presente nas lembranças das histórias contadas por seus pais.

Em comum entre mulheres mais velhas e mais novas existia medo e receio de vivenciarem uma nova mudança, em decorrência da ameaça de instalação de uma usina nuclear. As narrativas apontaram negações de direitos e ameaças por viverem em Itacuruba; mas, sobretudo, da necessidade de organização para tentar garantir direitos e políticas públicas voltadas às necessidades dos povos indígenas, como educação, saúde e trabalho.

Desse encontro (círculo de cultura sobre território e megaprojetos) também surgiu a necessidade de se realizar um resgate histórico dos conhecimentos e saberes ancestrais, como ervas e plantas medicinais. As populações indígenas têm profundo conhecimento na utilização de folhas, cascas, madeiras, raízes, flores, frutos, sementes, cipós, samambaias, taquaras, orquídeas, bromélias e líquens, que formam a base da medicina indígena. A estas plantas, se somam argilas, gorduras animais, águas, pedras e outros conhecimentos sagrados dos elementos da natureza (IGNÁCIO, 2020). O resgate e valorização do saber indígena são fundamentais na prevenção e manutenção da saúde desta população.

Por fim, foi realizado cadastro das condições de saúde da população da aldeia Tuxá Campos e encaminhados à rede de saúde de Itacuruba e ao Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI).

5. CONCLUSÕES

A vivência (experiência profissional), enquanto assistente social e residente, no território do povo Tuxá Campos, permitiu refletir sobre a atuação do Serviço Social junto aos povos originários (tradicionais), principalmente no que diz respeito ao caráter político e pedagógico da profissão e na socialização de informações sobre direitos sociais. Como profissional do Serviço Social, podemos contribuir na articulação intersetorial de instituições públicas e privadas para atender as mais

diversas demandas e necessidades dos povos originários. O compartilhamento de saberes (científicos e populares) se constitui em uma importante ferramenta de trabalho para o fortalecimento do território e das práticas populares de saúde.

Durante o estágio, foi possível identificar diversas vulnerabilidades vivenciadas pelos povos originários, a exemplo do racismo estrutural, que atravessa as relações sociais e dificulta o acesso destes povos a diversos direitos e serviços sociais. Neste sentido, as metodologias participativas utilizadas, baseadas na educação popular em saúde, no trato de questões como saúde, agricultura familiar, agroecologia, direito a terra, dentre outras, contribuíram para a reflexão da comunidade sobre os processos de expropriação atrelados aos megaprojetos e suas relações no processo saúde-doença.

A luta dos povos indígenas contra as ofensivas de apropriação privada de seus territórios e dos recursos naturais é uma luta global de todos, homens e natureza. Como afirma Cadernal, “os homens não são os únicos que aspiram à liberdade. O ecossistema inteiro a deseja. A revolução também é para lagos, rios, árvores e animais”

Por fim, este TCR foi o começo de uma construção coletiva, de aproximações iniciais sobre Serviço Social, povos originários, expropriação e questão ambiental, que espero dar continuidade e irradiar em muitas outras iniciativas no desenvolvimento da minha jornada profissional.

6. REFERÊNCIAS

ANAÍ. **Os Povos Indígenas da Bahia**. Associação Nacional de Apoio ao Índio, Seção da Bahia, 1981.

AGUIAR, J. V.; BASTOS, N. **Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 84-94, jan./jun. 2012

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília-DF: 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_201

[6.pdf](#). Acesso em: 18 de Abril de 2022.

_____. Ministério da Saúde. Portaria nº 254 de 31 de Janeiro de 2002. Institui a **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf>. Acesso em: 18 de Abril de 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília. DF. 2013. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>. Acesso em: 18 de Abril de 2022.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Plano Nacional de Energia 2030** / Ministério de Minas e Energia ; colaboração Empresa de Pesquisa Energética . Brasília : MME : EPE, 2007. Disponível em: <<https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-165/topico-173/PNE%202030%20-%20An%C3%A1lise%20Retrospectiva.pdf>> Acesso em: 18 de Abril de 2022.

_____. Ministério de Minas e Energia, Empresa de Pesquisa Energética **Plano Nacional de Energia 2050** / Ministério de Minas e Energia. Empresa de Pesquisa Energética. Brasília:

FONTES, V. **A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade**. In: BOSCHETTI, In. (Org). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo, Cortez, 2018.

FONTES, V. **O Brasil e o imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Ed. Da UFRJ, 2010.

GORENDER, J.1923-2013 **O escravismo colonial**. Jacob Gorender.-- 6.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Perseu Abramo, 2016.

IGNACIO, Z. M. (org.) et al. **Educação Popular e Saúde: O cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais na cultura indígena kaingang** / Organizadores: Zuleide Maria Ignácio, Solange Todero Von Onçay, Julie Rossato Fagundes, Amanda Gollo Bertollo e Daniel Cadete. -- 1. ed. -- Porto Alegre, RS : Editora Rede Unida, 2020. 92 p. : il. – (Série Educação Popular & Saúde).

MOTA, A. E. **Expropriações contemporâneas: hipóteses e reflexões.** In: BOSCHETTI, (Org). Expropriação e direitos no capitalismo. São Paulo, Cortez, 2018.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL - PNCS. Boletim Informativo – **Conflitos sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central. Resistimos para existir: dizemos não à usina nuclear no São Francisco.** n. 01 (jun. 2019). Manaus: UEA Edições/PNCS, 2019.

SILVA, E. C. A **INDÍGENAS PANKARARU NO SERTÃO DE PERNAMBUCO: vida, deslocamentos e trabalho.** 2020. Tese apresentada no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2020.

SILVA, E. C. A. **Conservadorismo, bancada ruralista e indígenas.** Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

SILVA, W. R. **O CONTO DAS QUATRO MIL ALMAS: uma etnografia do confronto de Indígenas e Quilombolas com a Central Nuclear do Nordeste.** 2019. Dissertação apresentada no Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019.

SILVEIRA, S. M. B; SILVA, M. G. **Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo.** Revista Katálysis, Florianópolis, v. 22, n. 2, 2019.

SCOTT, Parry. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

TRIVIÑOS, A. N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

,